

LEGISLAÇÃO EM NÚMEROS - CP - TEORIA GERAL DO CRIME 2



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	4
Legislação em Números – CF – Volume 11 –	4
2. NEXO CAUSAL	5
Art. 13 do Código Penal – Relação de Causalidade	5
Causa Superveniente Relativamente Independente	5
Conceitos Fundamentais	6
Teorias da Relação de Causalidade	6
Concausas e Suas Consequências.....	7
Tipicidade Penal.....	8
3. NEXO POR OMISSÃO	9
O que diz o art. 13, § 2º do Código Penal?.....	9
O que é omissão?	9
Quem tem por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância?	9
Quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado?.....	10
Quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado?.....	10
Conclusão	10
4. CONSUMAÇÃO	11
O que isso quer dizer?	11
Quando NÃO HÁ consumação?	11
5. TENTATIVA	13
O que isso significa?	13
Comentário didático	14
6. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	15
Arrependimento Eficaz (Art. 15, segunda parte, CP):.....	15
7. ARREPENDIMENTO POSTERIOR	17
Arrependimento Posterior – Art. 16 do Código Penal	17

8. CRIME IMPOSSÍVEL.....18

O que isso quer dizer? 18

9. CRIME DOLOSO E CULPOSO20

O que significa isso na prática? 20

Exemplos 20

Diferença entre crime doloso e culposos21

10. REVISÃO - TEORIA GERAL DO CRIME 2 22

1. Apresentação

Legislação em Números - CF - Volume 11 -

Seja bem-vindo(a) à nossa aula sobre Teoria Geral do Crime!

Hoje, vamos abordar de forma clara e objetiva os principais dispositivos legais relacionados a esse importante instituto do Direito penal

CONTEÚDO DO CURSO

Serão 10 aulas dedicadas ao aprofundamento de um tema essencial, tanto para a prova da OAB quanto para diversos concursos públicos.

Confira os tópicos que vamos explorar:

1. Nexo Causal
2. Consumação e tentativa
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz
4. Arrependimento posterior
5. Crime impossível
6. Crime Doloso
7. Crime Culposos

Prepare-se para uma jornada de muito aprendizado e aprofundamento!

Vamos começar!

2. Nexo causal

Art. 13 do Código Penal – Relação de Causalidade

O artigo 13 trata do nexo causal, ou seja, da ligação entre a conduta do agente e o resultado produzido. Essa relação é fundamental para a responsabilização penal.

Causa Superveniente Relativamente Independente

Segundo o §1º, a superveniência de uma causa relativamente independente exclui a imputação do resultado ao agente inicial se ela, por si só, for suficiente para produzi-lo. No entanto, os atos anteriores ainda podem ser puníveis.

EXEMPLO PRÁTICO:

A agride B com uma faca, causando ferimento leve. No hospital, B morre por erro médico grave. Se ficar comprovado que o erro médico, isoladamente, causou a morte, A não responderá por homicídio, mas poderá ser responsabilizado por lesão corporal.

REQUISITOS DA CAUSA SUPERVENIENTE RELATIVAMENTE INDEPENDENTE:

1. Surge após a conduta do agente.
2. Tem alguma relação com a conduta anterior, mas atua de forma autônoma.
3. É suficiente, por si só, para causar o resultado.

CONSEQUÊNCIA

Não se imputa o resultado (ex.: a morte) ao agente.

Mas os atos anteriores podem ser punidos (ex.: lesão corporal, tentativa etc.).

CONFORME A DOUTRINA

Guilherme de Souza Nucci:

“A causa superveniente relativamente independente é aquela que surge depois da conduta do agente, podendo ser relacionada ao contexto, mas suficiente, por si só, para produzir o resultado. Exclui a imputação do resultado, mas não os atos anteriores.”

Cezar Roberto Bitencourt:

“A superveniência de causa relativamente independente que, por si só, é suficiente para produzir o resultado, rompe o nexo causal entre a conduta e o resultado, afastando a imputação penal do evento morte, por exemplo, mas não impede a responsabilização pelos atos anteriores.”

Conceitos Fundamentais

NEXO CAUSAL

É o vínculo entre a conduta e o resultado. Demonstra que o resultado decorreu da ação ou omissão do agente.

RESULTADO

- Resultado jurídico: Toda infração penal gera violação da norma.
- Resultado naturalístico: Modificação no mundo externo (como a morte ou lesão).

Nem todo crime exige resultado naturalístico – é o caso dos crimes de mera conduta ou formais.

CRIMES FORMAIS E DE MERA CONDUTA

- Não exigem resultado naturalístico para a consumação.
- São compostos apenas por: a) Conduta b) Tipicidade formal

Teorias da Relação de Causalidade

TEORIA DA EQUIVALÊNCIA DOS ANTECEDENTES (CONDITIO SINE QUA NON):

Adotada como regra pelo art. 13, caput, do CP.

Toda ação sem a qual o resultado não teria ocorrido é considerada causa.

Critério

Pergunta-se: “Sem essa conduta, o resultado teria ocorrido da mesma forma?”. Se não, há nexo causal.

O principal problema é que essa teoria pode levar ao chamado “regressus ad infinitum”, atribuindo responsabilidade a causas muito remotas (como o fabricante da arma ou aos pais do autor).

Como limitação, exige-se dolo ou culpa – um limite subjetivo à imputação.

TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA

Aplicada de forma excepcional no §1º do art. 13.

Só é causa aquela que, por si só, normalmente produz o resultado.

Aplica-se quando há:

1. Causa relativamente independente

2. Superveniente
3. Que, por si só, causa o resultado

Exemplo: A vítima é baleada, mas morre em um acidente de ambulância. Se a morte se deu exclusivamente pelo acidente, não se imputa homicídio ao agressor.

TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

Não tem previsão legal expressa, mas é aceita por parte da doutrina e da jurisprudência.

Busca limitar a teoria da equivalência, com um critério objetivo.

Critério:

Só há nexo causal quando a conduta cria ou aumenta um risco juridicamente proibido.

Exclusões:

- Quando a conduta apenas cria risco permitido (ex.: viagem de avião).
- Quando a conduta reduz risco proibido.

Exemplo: João compra passagem aérea para o avô, torcendo para que o avião caia.

O avião cai e o avô morre. Apesar do dolo, trata-se de risco permitido.

Pela imputação objetiva, não há nexo causal → não há fato típico.

Concausas e Suas Consequências

As concausas são fatores que concorrem para o resultado. Elas podem ser divididas em:

1. Concausas absolutamente independentes:

- O resultado ocorreria mesmo sem a conduta do agente.
- Consequência: o agente responde, no máximo, por tentativa.

2. Concausas relativamente independentes:

- Têm relação com a conduta, mas não são suficientes por si só. Classificação das concausas relativamente independentes:
 - Anteriores ou concomitantes: Se forem insuficientes por si só, o agente responde normalmente.

- Posteriores (supervenientes):
- Se causarem o resultado sozinhas → agente responde por tentativa.
- Se não forem suficientes por si só → o agente responde pelo crime consumado.

Exemplo: A vítima sofre uma lesão leve, mas morre por infecção hospitalar. Se a infecção não for suficiente por si só para causar a morte, o agente responde pela morte.

Tipicidade Penal

- Tipicidade formal: É a subsunção da conduta ao tipo legal. Exemplo: “matar alguém” corresponde ao art. 121 do CP.
- Tipicidade material: Exige que haja uma lesão ou perigo concreto ao bem jurídico protegido.
- Princípio da Insignificância: Pode afastar a tipicidade material, tornando a conduta atípica, mesmo que esteja formalmente prevista em lei.

OPS....

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

VER TODOS OS PLANOS

Legislação em números

- CP - Teoria Geral do Crime 2



www.trilhante.com.br

